

O espaço em questão

Balanços recentes sobre a produção na área do pensamento social demonstram sua crescente diversificação e ampliação nos últimos anos, o que é índice de sua consolidação nas ciências sociais brasileiras. Não seria demais afirmar que, não sem resistências, a aceitação de que desfruta atualmente essa área passa pela conjugação de esforços de rigorosos estudos de caso, por assim dizer empíricos, que, além de necessários, mostram-se fundamentais nas relações com outras áreas – a exemplo da teoria sociológica (Botelho, 2007; Bastos e Botelho, 2010). O livro *Estado, território e imaginação espacial*, de João Marcelo Ehlert Maia, dedica-se a esse esforço e constitui o mais recente no conjunto de trabalhos do autor, que busca localizar o pensamento social brasileiro em um movimento mais amplo do que denomina de “descentramento” da sociologia mundial, encabeçado pelos estudos pós-coloniais e subalternos. Para tanto, o autor toma a atuação da Fundação Brasil Central (FBC), órgão fundamental dentro da política de colonização do Estado Novo, como foco de seu estudo, buscando “entender como foi possível a existência da FBC, e por que seus homens puderam pensar o que pensaram, do jeito que pensaram” (p. 15). Ao operar desse modo, Maia fixa uma instância empírica para a compreensão do que muito genericamente é denominado

Marcha para o Oeste, movimento complexo que não fora o único na longa história de interiorização pelo Estado brasileiro.

O livro, portanto, não pretende reconstituir a história institucional da FBC, mas, ao selecionar seus anos de apogeu entre 1943 e 1950, tem objetivo teórico mais ousado, que é o de entender a relação entre ideias e práticas estatais no Brasil. Destaco aqui três aspectos desenvolvidos no livro que de fato contribuem para o mencionado avanço da área do pensamento social no Brasil, além de dotar o trabalho de grande organicidade e força argumentativa: primeiro, a proposta metodológica de uma “etnografia institucional”; segundo, a abordagem da relação já mencionada entre ideias e Estado; e terceiro, o potencial heurístico que a categoria espaço, com suas diversas significações radicadas no pensamento social brasileiro, tem para a teoria sociológica.

A relação entre ideias sociais e políticas e a atuação do Estado é quase sempre algo reivindicado e pouco demonstrado nos trabalhos sobre o tema. Com a proposta de uma “etnografia institucional”, expressão tomada de Arturo Escobar, Maia pretende verificar de que modo a “cognição burocrática” da FBC se entrelaça com os discursos e linguagens que naquele momento se dedicavam ao Brasil central. Para isso, debruça-se sobre extenso material empírico – relatos, depoimentos e arquivos públicos e pessoais, entre os quais os dos principais

agentes da FBC: João Alberto Lins de Barros, presidente da FBC de 1943 a 1947, Arthur Neiva, secretário-geral da FBC e político imigrante, e Paulo de Assis Ribeiro, chefe do Serviço de Planejamento e também coordenador do Setor Norte da FBC. A análise desses documentos permite entrever de que forma esses e outros agentes de menor expressão contribuíram para formular as ideias sobre o Brasil central, cujos significados estavam em constante disputa em torno do sentido da atuação da própria instituição. Dessa forma, “esses discursos não seriam simples representações, uma vez que produziram efeitos no mundo ao categorizar e organizar personagens e objetos tidos como legítimos alvos da ação das autoridades” (p. 27). De fato, o trabalho “etnográfico” de Maia, ressaltando a um só tempo o detalhe e o todo por meio do trabalho empírico, faz com que não se centre somente na FBC, expandindo-se para o entendimento da ambiência intelectual da chamada Marcha para o Oeste.

A criação da FBC evidencia o longo e contínuo processo de “acumulação espacial” do Estado brasileiro, que remonta às políticas estatais promovidas pela Primeira República, como expedições militares e científicas, a exemplo da Comissão Rondon, e as tentativas de estabelecimento de colônias agrícolas no interior do país. No Estado Novo, essas políticas conhecem nova e maior expansão com a acentuada preocupação com a demarcação de fronteiras e limites de territórios, e com a mobilização de trabalhadores para o cultivo de borracha na Amazônia. Todavia, como demonstra o autor, a legitimidade dessas políticas encontrava vasto lastro discursivo e simbólico na produção intelectual do período dedicada a desvendar o oeste. Por meio de análises de revistas oficiais, como *Novas Diretrizes* – editada por Azevedo Amaral – e

Cultura Política, de obras de autores como Cassiano Ricardo, Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior e de outras menos conhecidas como as de Theophilo de Andrade e Lysia Rodrigues, Maia reconstrói a imagem espacial do oeste compartilhada por esses intelectuais, convergindo para a caracterização da região como de rareada ocupação em território disperso, cuja precariedade econômica advinha dos fatores inibidores do latifúndio.

No que toca ao segundo aspecto que aqui destaco, a relação entre ideias e práticas estatais, Maia expande o foco analítico e trabalha uma ampla gama de discursos produzidos durante o período sobre o oeste e o Brasil central. Mobilizando diversas fontes, como relatos de viagens, relatórios produzidos em explorações científicas ou expedições estatais, ensaios de teor geográfico e geopolítico e romances ambientados na região, o autor refaz a imaginação espacial do período, na qual imiscuem-se os sentimentos ambíguos dos romancistas nutridos pela região diante de seus espaços indefinidos e melancólicos, fazendo apelo ao necessário espírito de “aventura” para a sua exploração. Caberia senão à eficaz e inelutável ação estatal regular e disciplinar essa vasta região e integrar os diversos grupos que ali viviam – caboclos, indígenas – à sociedade nacional, conforme se entrevê nas publicações da Coleção Brasileira na década de 1930 e nos relatos de viajantes, em especial dos sanitaristas. São esses “temas, modos de narrar, estilos de argumentação e ideias-forças” (p. 94) que aos poucos vão sedimentando esse amplo e diversificado “repertório cultural” a que recorre a FBC na consecução de seus projetos para desbravar os sertões.

As análises dos documentos arquivísticos ainda demonstrariam como as práticas estatais vão se consolidando em relação por vezes tensa com a dinâmica histórica.

A linguagem revelada pelos próprios agentes da FBC, reforçando a imagem do Brasil central como espaço desértico e amorfo, resgatado do atraso pela força racionalizadora do Estado e pelo ímpeto “aventureiro” dos exploradores, ocasionou situações rotineiras de conflito, devido aos abusos praticados contra as populações tradicionais da região e às contendas em torno da propriedade da terra. Isso inevitavelmente impunha problemas de execução aos projetos e conduziria a modificações, ainda que mínimas, na ideia que se fazia da região e de seus habitantes. Dessa forma, Maia contrabalança uma relação direta entre ideias e Estado, ressaltando como “a autoridade pública é produzida de forma prática em contextos de estatização, e não pressuposta a partir da delimitação do Estado como uma subjetividade coesa” (p. 26).

Essa abordagem processual do Estado leva em consideração também a maneira com o FBC fora imaginada e construída por seus agentes em contextos sociais e históricos específicos, tomando “sociologicamente as principais articulações das redes que conformaram a gênese da FBC” (p. 78). Não se atendo somente aos detalhes das trajetórias pessoais dos personagens principais e coadjuvantes da burocracia da FBC, mas também às relações sociológicas significativas, Maia destaca a aproximação entre comunismo e tenentismo na experiência afetiva e intelectual desses personagens. Assim, o autor evidencia, com bases sólidas e não apenas indicativas, a presença de ideias que valorizavam um “saber viajante”, trazidas pelas experiências sertanistas do tenentismo, e da crença na ação estatal reformadora, ambas ensejando de forma contundente a ambiência normativa da FBC.

De maneira rigorosa e sempre atento ao trabalho empírico, Maia aos poucos evidencia as imagens espaciais que animaram

não só a tão mencionada Marcha para Oeste, mas também a FBC e as contingências que a envolveram. É sobre esse repertório cognitivo, tema de sua predileção desde a sua tese de doutoramento, que reside o interesse em recuperar essa história, capaz ainda de nos pôr diante de questões teóricas válidas na cena da teoria sociológica contemporânea. Válidas sobretudo porque, como ressalta o autor, diferentemente dos países centrais em que a teoria sociológica frutificou, a matéria social dos países periféricos não se assentara fundamentalmente sobre a vida cívico-urbana. Somente experiências outras, como a brasileira, poderiam evidenciar essa decalagem e propor, por certo, outra imaginação espacial. Essa parece ser, sem dúvida, uma perspectiva promissora no que toca particularmente à sociologia rural, área também incluída nos horizontes teóricos e empíricos do autor (cf. Maia, 2007, p. 227; e 2011), posto que permite ir “além da simples dicotomia entre ‘urbano’ e ‘rural’” (p. 201) que por muito tempo marcou a abordagem de cunho evolucionista de diversos trabalhos da área. Se, de fato, durante décadas a sociologia rural se viu envolvida com questões relativas à dicotomia rural-urbano, penso que a elisão, não propriamente da dicotomia – desafio que permanece necessário ao desenvolvimento da disciplina –, mas da relação entre rural e urbano, tenha que ser cautelosa. Sobre tudo porque as dinâmicas espaciais e suas imagens e recriações na vida social se dão dentro de alguns constrangimentos que, na sociedade brasileira em particular, são estruturais e históricas. Afinal, sem atentar para essa questão não há como entender porque – apesar dos avanços ou justamente por causa deles – o espaço rural ainda continua a abrigar um maior número relativo de pobres e maiores índices de desigualdade em comparação com o espaço urbano (cf.

Kageyama, 2008)¹. Observação desse tipo não pretende reintroduzir pela porta dos fundos a dualidade que por longo tempo dominou as discussões na sociologia rural, mas apenas indicar que os desafios teóricos

e empíricos da disciplina não devem estar dissociados de certas particularidades de nossa formação social, como de resto o livro de João Marcelo Ehlert Maia nos instiga a refletir.

Referências bibliográficas

- BOTELHO, A. (2007), “Sequências de uma sociologia política brasileira”. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*, 50, (1): 48-82.
- BOTELHO, A.; BASTOS, Elide Rugai. (2010), “Horizontes das ciências sociais: Pensamento social brasileiro”, in Carlos Benedito Martins; Heloisa Helena T. de Souza Martins (orgs.), *Horizontes das ciências sociais no Brasil – Sociologia*, São Paulo, Anpocs.
- KAGEYAMA, A. (2008), *Desenvolvimento Rural: Conceitos e aplicações ao caso brasileiro*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- MAIA, João Marcelo E. (2007), “Espaço, teoria social e pensamento brasileiro”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, (2): 205-32.
- _____. (2011), “Space, Social Theory and Peripheral Imagination: Brazilian Intellectual History and De-Colonial Debates”. *International Sociology*, 26, (3): 392-407.
- WEBER, D. (2011), “O tamanho da miséria extrema: Governo define linha e chega a 16,2 milhões de pessoas, mais do que previa a PNAD”. *O Globo*, 4/05/2011.

Artigo recebido em 07/06/2013

Aprovado em 29/04/2014

1 Em levantamento realizado pelo Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome em 2011, baseado no censo do IBGE de 2010, para definir a linha de pobreza usada como parâmetro de políticas públicas do governo federal, estipula-se que a população miserável no Brasil é de 8,5% (16 milhões de pessoas). Considerando-se apenas o meio rural, entretanto, o índice sobe para 25,5%, equivalente a 7.593.352 de pessoas. Embora com apenas 15,6% da população, o espaço rural concentra 46,7% dos miseráveis. (cf. *O Globo*, 4 de maio de 2011, p. 3).